



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Eixo: Formação de Professores

ANÁLISE DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Mirian Margarete Pereira da Cruz (UEPG)¹

Vera Lúcia Martiniak (UEPG)²

Ronir de Fátima Gonçalves (UEPG)³

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que vem sendo efetivado pelo Ministério da Educação, nos estados brasileiros e Distrito Federal, desde 2013. Trata-se de um programa de formação continuada de professores regentes do Ciclo de Alfabetização. A proposta do programa foi elaborada e concebida na gestão do governo de Dilma Vana Rousseff (2011/2014), com o objetivo de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos dos anos iniciais, na área de alfabetização/ linguagem e matemática. Entretanto, a implementação deste programa esbarra em dificuldades estruturais, e relacionadas à prática pedagógica do professor, que vão desde a concepção que possuem acerca da alfabetização até as condições efetivas para o processo de aprendizagem dos alunos. Para o desenvolvimento da pesquisa foi definido como objetivo geral: analisar a implantação e implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a partir dos programas para formação continuada de professores que o antecederam. Para alcance deste objetivo definiu-se como objetivos específicos: compreender o contexto histórico e seus determinantes, que engendraram os programas de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental; entender a formulação e implementação das políticas educacionais para a formação continuada de professores alfabetizadores; apontar os limites e os avanços do PNAIC. A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando como aporte teórico autores que tratam das questões da formação continuada, alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica. A partir da pesquisa bibliográfica, a análise das fontes primárias e secundárias, relacionadas à temática do estudo, permitiu analisar as intenções e os múltiplos determinantes que engendram a formação continuada de professores. O eixo teórico-metodológico é expresso pelo materialismo histórico-dialético, na medida em que possibilita a análise da totalidade, evidenciando as contradições existentes na sociedade capitalista. Os resultados apontaram os limites e avanços na política de formação de

¹ Mirian Margarete Pereira da Cruz, Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, BR. E-mail: mmpcrz@uepg.br

² Vera Lúcia Martiniak, Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, BR. E-mail: veramartiniak07@yahoo.com.br

³ Ronir De Fátima Gonçalves, Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, BR. E-mail: (ronirbiraj1@ibest.com.br)



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

professores alfabetizadores, proposto pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Formação continuada de professores. Alfabetização. PNAIC.

Este texto apresenta uma análise do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – que vem sendo implementado pelo Ministério da Educação, nos estados brasileiros e Distrito Federal, desde o ano de 2013. Trata-se de um programa de formação continuada de professores regentes do Ciclo de Alfabetização, com foco nas áreas de alfabetização/linguagem e matemática. A proposta do programa foi elaborada e concebida na gestão de governo de Dilma Rousseff (2011/2014), com o objetivo de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos dos anos iniciais, na área de alfabetização. Para tanto, prevê ações articuladas de formação continuada, utilização de recursos pedagógicos, avaliação e mobilização social da comunidade. Entretanto, a implementação do programa esbarra em dificuldades estruturais e até relacionadas à prática pedagógica do professor, que vão desde a concepção que possuem sobre a alfabetização até as condições efetivas para o processo de aprendizagem dos alunos.

Este trabalho é resultado da inquietação, do interesse em conhecer, buscar caminhos e encontrar respostas sobre questões que, ao longo de nossa vida profissional, estão sempre presentes. Tenho certeza de que não existem verdades absolutas e que as respostas não são definitivas, portanto, é necessário compreender que o fenômeno educacional está situado em um contexto social, histórico, e que, sem dúvida, é modificado por múltiplas determinações. Portanto, trata-se de um desafio compreender a realidade complexa do objeto de estudo pretendido, e este é, sem dúvida, um desafio que deve ser assumido com seriedade. O papel do professor, na sociedade capitalista, é complexo, deve ser de muito comprometimento e seriedade, pois a prática pedagógica pode tanto contribuir para o aprofundamento das desigualdades sociais como para uma educação emancipatória do ser humano.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Muitos são os questionamentos e isto tem instigado minha trajetória acadêmica e profissional, dentre eles, preocupa-me compreender: por que em pleno século XXI ainda não temos conseguido garantir que todos os alunos aprendam a ler e a escrever?

As avaliações externas, internas, vestibulares e o cotidiano escolar mostram que não se tem avançado qualitativamente na educação discente, especialmente daqueles que estudam em escolas públicas. Diante destas inquietações, delineou-se uma questão central para o desenvolvimento dessa pesquisa, ou seja, a análise da implantação e implementação e formação continuada de professores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Neste sentido, esta pesquisa buscou, a partir dos determinantes econômicos, políticos e sociais, analisar o contexto da implantação e implementação do programa, a partir de uma perspectiva crítica. Para tanto, partiu-se do entendimento de Martins (2010, p. 14) sobre a formação de professores como “[...] uma trajetória de formação de indivíduos, intencionalmente planejada, para a efetivação de determinada prática social”. Neste sentido, para compreender a formação do professor alfabetizador elegeu-se como foco de análise o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e os determinantes que engendraram a sua criação.

Diante da implementação de políticas educacionais para a formação de professores alfabetizadores, no contexto da sociedade neoliberal, objetiva-se, neste texto, responder a seguinte questão norteadora: como se efetivou a implantação e implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa?

Para responder a essa indagação e propor caminhos no que se refere à formação continuada de professores alfabetizadores, foi preciso compreender o contexto histórico do programa atual de formação continuada de professores, analisando a implantação do programa, desde o seu surgimento, seus avanços e recuos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi definido como objetivo geral: analisar a implantação e a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Para alcance desse objetivo definiram-se como objetivos específicos:



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

– Compreender o contexto histórico e os determinantes que engendraram os programas de formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

– entender a formulação e implementação das políticas educacionais para a formação continuada de professores alfabetizadores;

A investigação foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, utilizando como aporte teórico autores que tratam sobre as questões da formação continuada, alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica. A partir da pesquisa bibliográfica, a análise das fontes primárias e secundárias, relacionadas à temática do estudo permitiu analisar as intenções e os múltiplos determinantes que engendram a formação continuada de professores.

O eixo teórico-metodológico foi expresso pelo materialismo histórico-dialético, na medida em que possibilitou a análise da totalidade, evidenciando as contradições existentes na sociedade capitalista. Para a análise, partem-se do pressuposto de que:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado [...].
(MARX, 2003b, p. 15).

O estudo apontou a necessidade de compreender o contexto no qual o PNAIC foi concebido e como se configurou no decorrer da sua implantação, pois o desafio que se coloca na investigação vai além da análise das concepções e propostas apresentadas. A formação de professores alfabetizadores é considerada categoria singular neste estudo, que permite estabelecer relações com o contexto mais amplo, o universal, por meio da análise da totalidade e seus determinantes. O singular e o universal são categorias que se inter-relacionam por meio do particular, que neste estudo são expressas por meio de documentos legais que direcionam a criação do PNAIC.

Diferentemente, pois, da crença que caracteriza o empirismo, o positivismo etc. (que confundem o concreto com o empírico) o concreto não é o ponto de



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

partida, mas o ponto de chegada do conhecimento. E, no entanto, o concreto é também o ponto de partida. Como entender isso? Pode-se dizer que o concreto – ponto de partida é o concreto real e o concreto – ponto de chegada é o concreto pensado, ou seja, a apropriação pelo pensamento do real concreto (SAVIANI, 2013, p. 4).

No método dialético pretende-se superar a pseudoconcreticidade da aparência para revelar as relações subjacentes que permeiam a formação de professores alfabetizadores, por meio da implementação de políticas educacionais.

A partir do exposto, e para situar o leitor quanto ao trabalho desenvolvido, o texto foi dividido, assim distribuídos:

Na primeira parte do texto apresenta-se: a contextualização do programa e os eixos de atuação do programa Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa.

No segunda parte apresenta-se: os eixos de atuação do programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa. As ações que são articuladas com outros programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizadas pelo MEC

Acredita-se que muitas mudanças são necessárias para conquista de uma educação transformadora, entretanto, é necessário redimensionar a forma como tem sido concebida a alfabetização. Portanto, é necessário que ocorram mudanças efetivas dentro das escolas, no sentido não somente metodológico, mas sim em sua totalidade, nos programas, nas avaliações do processo de ensino e aprendizagem e no currículo. As políticas públicas educacionais necessitam ser coerentes com uma educação pública e de qualidade e que a educação não seja utilizada, como vem acontecendo historicamente, para agravar e perpetuar uma sociedade de classe onde as formas de produção material continuam centralizadas nas mãos de poucas pessoas.

EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO PELA IDADE CERTA

Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade não teve seu início com o PNAIC, pois o Decreto nº 6.094, de 24/4/2007, define, no inciso II do art. 2º, a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo,



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”. E, ainda, no Plano Nacional de Educação a meta 5 do projeto de lei fortalece a urgência de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade. Tal compromisso proposto pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE de 2007 e o PNE, firmado entre os entes federados não têm sido alcançado, e o PNAIC, é proposto com esse objetivo: alfabetizar todas as crianças sem exceção, até os oito anos de idade.

As ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa são articuladas com outros programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas disponibilizadas pelo MEC. O eixo central é a formação continuada de professores alfabetizadores. As ações apoiam-se em quatro eixos de atuação: 1) Formação Continuada de Professores Alfabetizadores; 2) Materiais Didáticos e Pedagógicos; 3) Avaliações; 4) Gestão, Controle Social e Mobilização.

1) Formação Continuada de Professores Alfabetizadores:

A formação continuada para os professores alfabetizadores consistiu num curso de 120 horas no primeiro ano⁴, na modalidade presencial, utilizando-se da metodologia do programa Pró-Letramento. Nos encontros, os professores alfabetizadores realizaram estudos e atividades práticas, sob a responsabilidade dos orientadores de estudo, os quais também receberam um curso ministrado pelas universidades públicas, com duração de 200 horas. Preferencialmente, os orientadores de estudos deveriam ser escolhidos entre as equipes de tutores formados no programa Pró-Letramento do município ou estado. A Portaria N° - 867, de 4 de julho de 2012, instituiu as ações do Pacto e definiu suas diretrizes gerais. O Art. 7º apresenta o eixo da formação continuada e o possível pagamento de bolsas, que foi garantida pela Resolução/CD/FNDE n.o 4, de 27 de fevereiro de 2013, e estabeleceu orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para a Formação Continuada de Professores Alfabetizadores (BRASIL, 2012, p. 17).

⁴ Em 2013, os professores participaram de um curso com carga horária de 120 horas, com ênfase em Linguagem. Em 2014, a duração do curso foi de 160 horas, objetivando aprofundamento e ampliação de temas tratados no primeiro ano, mas com ênfase em Matemática. Em 2015, devido a problemas financeiros da União o curso foi reduzido a 80 horas para os alfabetizadores e 100 horas para os orientadores de estudos.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Art. 7o O eixo formação continuada de professores alfabetizadores caracteriza-se por: I - formação dos professores alfabetizadores das escolas das redes de ensino participantes das ações do Pacto; II - formação e constituição de uma rede de professores orientadores de estudo. Parágrafo único. O MEC poderá conceder bolsas para os orientadores de estudo e professores alfabetizadores, nos termos da Lei nº 11.273, de 2006, com valores e critérios regulamentados em resolução específica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (BRASIL, 2012).

Dessa forma, no processo de formação continuada e acompanhamento das ações do PNAIC estão envolvidos os professores alfabetizadores, atuantes no Ciclo de Alfabetização, os orientadores de estudos que passaram por seleção pública nos municípios; os coordenadores locais, que acompanham a realização das ações; a equipe de formação da IES, que possui experiência na área de alfabetização e matemática e a coordenação geral e adjunta e os supervisores, cuja responsabilidade consiste na implementação das ações de formação continuada e acompanhamento das ações do programa.

O Ministério da Educação forneceu o material de apoio para a formação, que foi elaborado em parceria com as universidades que iniciaram os trabalhos de produção de materiais em 2012. Foi constituído um grupo de trabalho para elaboração dos cadernos a serem utilizados na formação e coordenado pelo CEEL/UFPE. Esse grupo foi ampliado posteriormente e contou com as seguintes instituições: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade do Estado da Bahia (UEB); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural de Pernambuco e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Em 2013, nas formações dos professores orientadores, foram desenvolvidos debates acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; avaliação no ciclo de alfabetização; formação de professores; organização do trabalho pedagógico; planejamento; educação especial e questões sobre o campo.

A formação de 2014 teve como ênfase de trabalho o componente curricular em Matemática, mas paralelamente foi desenvolvido o aprofundamento do trabalho com a



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Língua Portuguesa. Os formadores da área de linguagem foram mantidos e realizaram um trabalho conjunto e articulado com os formadores da área de Matemática. A coordenação da produção dos cadernos de Matemática ficou sob responsabilidade da Universidade Federal do Paraná - UFPR, devido as pesquisas na área desenvolvidas por ela (BRASIL, 2015, p. 21).

Contudo, o formato inicial não previa a continuação dos estudos na área de Língua Portuguesa no segundo ano de implementação do programa, seria realizado somente a formação na área de Matemática. Entretanto, as universidades, reunidas, por meio do Fórum das Universidades participantes do PNAIC, reivindicaram a permanência da formação na área de linguagem e obtiveram êxito.

Na área de matemática, foram trabalhados os seguintes temas: organização do trabalho pedagógico; quantificação, registros e agrupamentos; construção do sistema de numeração decimal; operações na resolução de problemas; geometria; grandezas e medidas; educação estatística; saberes matemáticos e outros campos do saber; educação matemática no campo; educação matemática inclusiva e jogos na alfabetização matemática.

No ano de 2015, a tônica do trabalho deu-se na Interdisciplinaridade, continuando a discussão em torno das especificidades das diferentes áreas. As universidades participaram da elaboração dos cadernos, sob coordenação da CEEL/UFPE e UFPR. Participaram dessa elaboração dos cadernos de formação as universidades e também professores alfabetizadores, coordenadores locais, formadores e orientadores, formando uma multiplicidade de vozes que compõem o programa. Foram elaborados doze cadernos de Formação, um de apresentação, em destinado aos Gestores (coordenadores locais) e dez cadernos para as formações (BRASIL, 2015).

Entretanto, no ano de 2015, foram trabalhados somente o caderno de apresentação, o caderno dos Gestores (coordenadores locais) e três cadernos de formação, devido ao início tardio das formações, em decorrência da demora em aprovar o plano de contingência da União. De acordo com informações repassadas pelo MEC, o governo estava passando por um momento de dificuldades financeiras. Portanto, as



X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

formações não foram realizadas no primeiro semestre, sendo autorizadas a partir de agosto de 2015. Isso ocasionou prejuízos ao programa, muitos orientadores e alfabetizadores ficaram desestimulados com a demora do início das formações e acabaram desistindo do programa.

Para operacionalizar o PNAIC em todo o País é imprescindível que os recursos financeiros estabelecidos para tal fim sejam aplicados para sua implementação, caso contrário, inviabiliza-se e torna-se um limitador da continuidade do programa. O atraso no pagamento das bolsas de estudos aos participantes trouxe descontentamento e desconfiança em muitos professores, ocasionando sua saída do programa.

No estado do Paraná a formação dos professores orientadores de estudos ficou sob a responsabilidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, da Universidade Estadual de Maringá - UEM e da Universidade Federal do Paraná - UFPR. As três universidades são responsáveis pela formação continuada dos professores orientadores e estes realizam a formação nos municípios com os professores alfabetizadores.

Na tabela abaixo podemos observar o número expressivo de participantes envolvidos na formação continuada do PNAIC sobre responsabilidade da UEPG.

Tabela 5 – Quantitativo de participantes do PNAIC/UEPG

Perfil	2013	2014	2015
Orientador de Estudo	285	271	264
Professor Alfabetizador	5320	4349	4240
Coordenador Local	135	135	135

Fonte: Sispecto2013. ([HTTP://simec.mec.gov.br/sispecto/sispecto.php/modulo/relatoriospersonalizados&acao=A](http://simec.mec.gov.br/sispecto/sispecto.php/modulo/relatoriospersonalizados&acao=A))



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

A tabela 5 mostra os dados referentes aos participantes da formação ofertada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa no decorrer do triênio 2013-2015. Nota-se uma diminuição no número de professores alfabetizadores e orientadores de estudos durante a formação. As redes municipais têm sentido uma grande rotatividade de professores que abandonam a carreira do magistério por diferentes motivos. As pesquisas de Silva (2007), realizadas na rede estadual paulista, apontam a existência da rotatividade docente e contrariam o senso comum de que a estabilidade ocasiona a permanência no emprego público. A rotatividade de professores, principalmente alfabetizadores, torna-se um elemento que provoca desafios aos gestores educacionais no sentido de repensar os motivos que os levam a procurarem outros meios para sobrevivência.

A rotatividade de alfabetizadores provoca uma desestruturação na dinâmica da escola e na própria estrutura do ciclo de alfabetização. Recomenda-se que o alfabetizador acompanhe sua turma durante o ciclo, entretanto, quando ele pede demissão ou muda de escola, há uma interrupção e descontinuidade na formação.

Em relação aos limites e avanços da formação continuada pode-se apontar alguns aspectos fundamentais, discorridos anteriormente: do aspecto qualitativo, pode-se evidenciar que a maioria dos alfabetizadores possuem curso superior em Pedagogia, entretanto, ainda se tem no País um número expressivo que possui o Ensino Fundamental completo, ou seja, 670 professores e 30.370 com Ensino Médio completo, conforme número apresentado no Quadro 1.

A formação de professores, tanto inicial quanto continuada, constitui-se como um desafio para o governo federal, pois, implica em investimentos financeiros nos cursos de licenciatura e formação em serviço de forma que haja uma formação teórica consistente que atenda as necessidades do indivíduo e não das exigências do capitalismo.

Outro aspecto evidenciado é a grande rotatividade docente nas escolas devido a procura por outros empregos mais lucrativos que se configura como um desafio para a gestão educacional. A valorização profissional docente merece atenção e prioridade



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

[...] como política pública de Estado, à formação inicial, à formação continuada e às condições de trabalho, remuneração e carreira dos profissionais da educação, ou seja, o estabelecimento de uma política de formação dos educadores que defina as licenciaturas nas Universidades como o lócus de formação dos profissionais da educação básica, possibilidades para a formação continuada como condição para o aprimoramento pessoal e superação profissional dos educadores e a garantia da qualidade de vida e trabalho, pela definição do piso salarial nacional, da carreira, da progressão e do aprimoramento do exercício profissional no espaço de trabalho (FREITAS, 2007, p. 43).

Portanto, há necessidade de políticas públicas sérias, contínuas, de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. E que tais políticas estejam interligadas as outras políticas que contribuam na qualidade da educação. A formação de professores inicial e continuada é essencial para que os esses fortaleçam suas práticas pedagógicas, compreendam o papel fundamental que exercem, compreendam que ensinar é um ato político. E que exerça sua profissão de forma comprometida, visando contribuir para uma educação emancipadora que garanta ao aluno o direito de aprender.

2) Materiais Didáticos e Pedagógicos

Neste eixo são apontados os subsídios didáticos necessários ao processo de alfabetização para os participantes do programa. Os materiais, foram entregues pelo Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola. Os livros didáticos, manuais dos professores e obras pedagógicas complementares e dicionários, foram distribuídos pelo PNLN e os jogos pedagógicos de apoio à alfabetização, obras de referência, pesquisa e literatura, bem como tecnologias educacionais de apoio à alfabetização, foram fornecidos pelo PNBE. Houve uma mudança na forma de distribuição dos materiais, na qual se leva em consideração o número de turmas de alfabetização, e não mais o tamanho da escola, permitindo aos professores e alunos aproveitarem melhor os materiais e os novos conteúdos especialmente preparados para a tarefa da alfabetização (BRASIL, 2012, p. 17).

Para Aléssio (2014) caso não houvesse todos os jogos pedagógicos já distribuídos, a experiência do Pró-Letramento e os livros didáticos selecionados e distribuídos para as escolas, não seria possível a proposta de tal modelo. A proposta do



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

PNAIC ia além de apenas distribuir cartilhas para os professores alfabetizadores, mas de criar autonomia no professor alfabetizador para utilizar um material, o qual ele já possui dentro da escola e estava a sua disposição. Entretanto, em muitas escolas não havia acesso a estes materiais por desconhecimento e interesse dos professores.

Em 2010, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) lançou o edital PNLD 2013, adequando as coleções de obras didáticas a serem distribuídas aos alunos, de acordo com o que foi posteriormente disposto no § 1º do Art. 30 da Resolução nº 7, de 1 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Para atender às especificidades dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, o Ministério da Educação (MEC) avaliou, selecionou e distribuiu às salas de aula das turmas do ciclo de alfabetização. As obras complementares ao PNLD 2013 foram destinadas ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (ALÉSSIO, 2014).

Foram distribuídos cinco acervos distintos (com 30 títulos diferentes) e um manual destinado às salas de aula dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar receberam esses acervos PNBE, juntamente com a estruturação do PNAIC, expandiu a aquisição das obras selecionadas com intuito de garantir a instalação de cantinhos de leitura em casa sala de aula de alfabetização (ALÉSSIO, 2014).

A disponibilidade de livros didáticos aos professores é fundamental para consulta e utilização, principalmente quando se trata de classes de alfabetização, na qual é necessário o manuseio de diferentes gêneros e suportes textuais. Apesar de muitos livros apresentarem uma concepção de alfabetização tradicional ou por vezes mais progressista, o livro ainda se constitui como elemento mediador do processo de ensino e aprendizagem.

Considerando sua importância no contexto escolar, o PNAIC direcionou a utilização dos livros que antes ficavam restritos somente a elaboração de atividades para o planejamento do professor. Os professores participantes do programa tiveram a oportunidade de articular os jogos pedagógicos e aprofundar a leitura de temas de



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

interesse com a elaboração do planejamento. Esta articulação ocorreu desde o início do encontro de formação, entre alfabetizadores e orientadores de estudos, na qual podem iniciar com a leitura deleite, com o aprofundamento dos temas estudados e com a sugestão de atividades.

Isso não significa engessar e inviabilizar o planejamento do professor, mas oferecer outras estratégias didáticas para o processo de ensino e aprendizagem.

3) Avaliações

Os componentes principais que integram este eixo são: avaliações processuais, sistema informatizado da Provinha Brasil e avaliação externa universal.

As avaliações processuais são debatidas durante a formação e utilizadas continuamente pelo professor. Depois de aplicadas, os alfabetizadores inserem os dados no sistema informatizado usado para cadastrar os resultados da Provinha Brasil, de cada criança que cursa o 2º ano, isto é feito no início e no final do ano. Os resultados da Provinha Brasil permitem à equipe pedagógica utilizar estas informações na tomada de decisões e eventuais ajustes necessários no processo de ensino e aprendizagem.

A prova abrange as áreas de Língua Portuguesa e de Matemática e pretende verificar o desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática (INEP, 2016).

Por último, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, realizada pelo INEP, objetiva avaliar o nível de alfabetização dos alunos concluintes do 3º ano, possibilitando a implementação de medidas e políticas corretivas. Todos os custos das avaliações foram de responsabilidade do MEC (BRASIL, 2012).

A elaboração, aplicação e correção de instrumentos avaliativos externos mobilizam recursos humanos e financeiros dispendiosos e, muitas vezes, seus resultados não são utilizados pelas redes de ensino para refletir e planejar o processo educativo. As avaliações externas, pelo aspecto positivo, podem tornar-se elemento importante para redirecionar os encaminhamentos da proposta pedagógica da instituição educativa. É



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

importante que os gestores, pedagogos e professores tomem conhecimento destes resultados e utilizem como instrumento para compreender a realidade escolar e melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

4) Gestão, Controle Social e Mobilização:

A estrutura proposta para gerir o PNAIC foi composta de quatro instâncias: 1) Comitê Gestor Nacional, responsável pela coordenação e avaliação à nível nacional; 2) Coordenação Institucional: comitê composto, em cada estado, por representante do MEC, da Secretaria de Estado da Educação, Instituições de Ensino Superior (IES) formadora(s) em atuação no estado e de outras entidades ligadas a educação. São responsáveis por mobilizar e propor soluções para temas estratégicos, no âmbito do estado; 3) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; 4) Coordenação Municipal: a cargo da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela gestão, supervisão, monitoramento das ações do Pacto no âmbito da rede municipal e pela interlocução com a coordenação estadual (BRASIL, 2012).

Para o início do PNAIC, foi desenvolvido um sistema de monitoramento do programa – o SISPACTO, o que demandou o envolvimento de muitos recursos públicos financeiros (ALÉSSIO, 2014). O SISPACTO é um sistema específico de monitoramento do programa, via SIMEC. A plataforma foi desenvolvida para realizar o gerenciamento e monitoramento do conjunto de ações do PNAIC, todos os envolvidos registram e acessam informações sobre o andamento das formações, presença, realização das atividades planejadas, dados sobre os alunos etc. Portanto, o sistema foi elaborado com a finalidade de apoiar as redes e assegurar diferentes etapas do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se também, neste item, a ênfase do MEC no fortalecimento dos conselhos de educação, conselhos escolares e todas as instâncias comprometidas com a garantia de lutar por uma educação de qualidade nos municípios e estados, enfim, na



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

mobilização de toda a comunidade escolar, da sociedade local em torno das ações do PNAIC.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem contribuído para o repensar sobre o processo ensino e aprendizagem nos anos iniciais como um todo, não somente na área de alfabetização. O que têm contribuído para que a universidade também repense a formação inicial de professores, as discussões realizadas, as experiências exitosas também contribuem para mudanças qualitativas no currículo dos futuros professores.

Observa-se que o programa esbarra em dificuldades estruturais, e que os programas de formação continuada não podem ser vistos como soluções mágicas, para sanar todos os problemas educacionais. Por outro lado, pode-se afirmar que são momentos riquíssimos de trocas de experiências, de construção e desconstrução das concepções pedagógicas, de aprendizado, de discussões. Enfim, a possibilidade de refletir sobre sua prática pedagógica contribui para o entendimento do processo de ensino aprendizagem e para o redimensionamento da prática pedagógica em uma perspectiva crítica.

Este estudo não finaliza neste ponto, mas, abrem-se novas perspectivas que ainda não foram exploradas. Portanto, foi possível responder aos questionamentos iniciais e despontar novas indagações a respeito da formação de professores alfabetizadores. Estas inquietações poderão ser analisadas e estudadas por pesquisadores que têm como compromisso a defesa da escola pública e a educação de qualidade.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

REFERÊNCIAS

ALÉSSIO, M. L. M. **A formação continuada de professores – a constituição do PNAIC**. Curitiba: UFPR, 20 nov. 2014. Palestra ministrada no Seminário Regional Sul.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm. Acesso em 3 nov 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores**: Documento de Apresentação. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: MEC/SEB, 2012a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Provinha Brasil**: apresentação. Brasília, 2016. Disponível em: <http://provinhabrasil.inep.gov.br/>. Acesso em 20/02/2016

DUARTE, N. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. São Paulo: Autores Associados, 1993.

FREITAS, H. C. L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 24, n.85, p. 1095-1124, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a02v2485.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2015.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (Org.), **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas,SP: Autores Associados, 2004.

_____; DUARTE, N. **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, de um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Educ. Puc.**, Jun 2008, n 24, p.07-16.

_____. **Sistema Nacional de Educação e Plano de Educação: significado, controvérsias e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2014.